



A **350.ORG**, organização internacional sem fins lucrativos, fundada em 2008 com objetivo de construir um movimento climático global, com presença em mais de 250 países do mundo e na América Latina, tendo sua sede situada em Curitiba, Paraná, e contando com grupos distribuídos em 12 estados brasileiros e 9 países da região, neste ato representada por sua Diretora no Brasil e América Latina, **Nicole Figueiredo de Oliveira**, brasileira, advogada, Diretora da 350.org Brasil e América Latina, domiciliada à Rua Gaspar Carrilho Junior, 001, Vista Alegre, CEP 80.810-210, Curitiba, Paraná e **Juliano Bueno de Araújo**, brasileiro, engenheiro da computação, domiciliado à Rua Gaspar Carrilho Junior, 001, Vista Alegre, CEP 80.810-210, Curitiba, Paraná, vêm por meio da presente **NOTA DE REPÚDIO manifestar sua posição quanto à absurda negociação política de cargos de natureza técnica nos espaços públicos do mais alto escalão de órgãos administrativos federais brasileiros.**

É tema notório que desde meados do ano de 2017 **entidades ambientais de natureza federal vêm sendo desmontadas por meio de indicações políticas do governo federal,** que opta por indicar para as presidências e diretorias, aliados políticos sem qualquer respaldo técnico ambiental ou social, com objetivos meramente políticos.

Isso já aconteceu com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), órgão de especial controle de impactos ambientais de grande vulto por força do que dispõe o Decreto 8.437/2015, com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e agora com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), conforme informações dos próprios servidores do órgão, tudo em flagrante violação ao que dispõe o art. 37 da Constituição Federativa do Brasil, bem como ao art. 225 do mesmo diploma.

Favores políticos vêm se tornando usuais no nosso sistema político, em franco detrimento dos interesses da população brasileira, que se vê de mãos atadas no seu trabalho de fiscalização das atividades públicas de interesse social e ambiental, já que **a motivação das nomeações políticas não se coaduna com as reais funções administrativas de tutela**

do interesse comum, mas sim, vem servindo aos interesses pessoais de governantes e seus aliados políticos, num balcão de negócios injusto, cruel e ilegal, onde vale tudo pela manutenção no poder e pela irrestrita exploração dos já escassos recursos naturais, em especial pelo capital da indústria estrangeira, sem qualquer cautela ou precaução na defesa do meio ambiente, um dos maiores patrimônios nacionais.

Os favores vão desde as nomeações de ordem administrativa, como ações de ordem legislativa, como foi a MP do Trilhão - 795/2017 -, de iniciativa de Michel Temer, convertida em lei pelo Congresso Nacional e sancionada sob nº 13.586/2017, que prevê tratamento tributário “diferenciado” sobre as atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural, incluindo atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, mesmo diante de parecer técnico contrário, já que culminará numa renúncia fiscal aproximada de um trilhão de reais, em plena crise econômica.

Aliás, a crise que o Brasil enfrenta não é só de ordem econômica, mas também de ordem política e institucional. É flagrante, pois, que progressiva e aceleradamente a opção pelos caminhos de ordem política se sobrepõe, ilicitamente, aos caminhos de ordem legal e administrativa de tutela da coisa comum.

O Instituto Chico Mendes, que tem por atribuição executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União, além de fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais, corre sério risco de tornar-se um mero cabide de empregos públicos a serviço de interesses meramente políticos, ao invés de manter-se na sua efetiva ação de proteção ao meio ambiente.

Pior que isso, passa a correr o risco de servir ao interesse de poucos, como é o caso da bancada ruralista, que incentiva, entre outros absurdos, o avanço de meliantes sobre territórios indígenas e tradicionais para o corte de árvores nativas e exploração do solo para



o cultivo de soja e produção de gado de corte, **justamente em tempos de luta contra as mudanças climáticas, cujo compromisso o Brasil assumiu na Convenção de Paris.**

A exemplo do que ocorre no Brasil desde 1500, só que agora em pleno século XXI, **é o Estado a serviço do interesse de uns, em detrimento de milhões, a estrutura política a serviço de seus próprios interesses.**

Aproveitando-se de uma nação que na maioria das vezes sequer sabe o acontece no governo e no parlamento e é guiada pela informação seletiva fornecida pelas grandes mídias, maior fonte de informação - e de manipulação – do povo, grande receptora de dinheiro público vindo da publicidade e de uma população que lê pouco e conta com altos índices de analfabetização, a classe política limita o acesso à educação e à visão crítica, buscando facilitar o joguete político para sua manutenção irrestrita e irresponsável no país.

Como já dizia, Darcy Ribeiro, a crise na educação do Brasil não é uma crise, é um projeto.

**Projeto que dá origem ao exercício corrupto do poder, baseado em indicações políticas para servir a interesses escusos, porém com toda certeza contrários ao interesse público e contra o qual nós, enquanto representantes civis de grande parte da população, inclusive daqueles que são aliçados propositalmente do processo de debate social dos interesses comuns, manifestamos total REPÚDIO, neste momento, especialmente às indicações políticas negociadas e motivadas por razões que não são de interesse público, bem como ao sucateamento dos órgãos de controle, fiscalização e preservação ambiental.**

Somos, acompanhados de milhões de brasileiros, adeptos de políticas públicas que tenham como norte o real desenvolvimento sustentável, o respeito aos povos tradicionais, aos agricultores, pescadores, defendemos uma transição energética responsável rumo às energias limpas, o fortalecimento da agroecologia e, **sobretudo, encampamos a bandeira pela valorização dos servidores técnicos responsáveis e comprometidos com sua função**

institucional, sem que o meio ambiente e a sociedade fiquem à mercê de poluidores e oportunistas mal-intencionados.

Neste sentido EXIGIMOS, na qualidade de representantes civis do povo brasileiro, O FIM DAS NOMEAÇÕES DE CARÁTER POLÍTICO, EM DETRIMENTO DAS APTIDÕES DE ORDEM TÉCNICA bem como que SEJA NOMEADO PARA O CARGO DO MAIS ALTO ESCALÃO DO INSTITUTO CHICO MENDES PESSOA IDÔNEA, COM NOTÓRIO CONHECIMENTO DE NATUREZA TÉCNICA, COM COMPROVADO CONHECIMENTO E ATUAÇÃO NO COMPROMISSO PELA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, EM ATENÇÃO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DA REPÚBLICA DO PAÍS.

Curitiba, 22 de maio de 2018.



NICOLE FIGUEIREDO DE OLIVEIRA



Juliano Bueno de Araújo

CPF MF nº 922.711.209-00